

Bracher garante negociação com ou sem aval do FMI

SÃO PAULO — "O Brasil vai reescalonar a dívida externa com ou sem aval do Fundo Monetário Internacional. Só que nesse caso existem duas hipóteses: se houver acordo com o FMI a renegociação (das amortizações) poderá englobar prazos mais dilatados, como cinco anos, por exemplo; sem o acordo, o Governo negociaria com os bancos credores uma prorrogação de apenas dois anos".

Foi o que garantiu ao GLOBO o Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, ao desembarcar ontem pela manhã no Aeroporto Internacional de Guarulhos, juntamente com o Diretor da Dívida Externa, Antônio de Pádua Seixas, procedente de Nova York, onde passou a semana mantendo contatos com banqueiros internacionais e representantes do Fundo Monetário Internacional.

O jumbo da Varig, voo 861, pousou em Guarulhos exatamente às 11:20, depois de ter feito uma escala no Rio, mas Bracher só deixou o aeroporto por volta das 13 horas.

Ele disse que, apesar das dificuldades que estão sendo enfrentadas para se chegar a um acordo comum, o Governo brasileiro tem grandes chances de acertar os ponteiros com o FMI: — Na segunda e terça-feira eu estive em Washington com o Gerente-Geral do Fundo, Jacques de Larosière, e fiz relato das últimas medidas adotadas pelo Governo. Agora, iremos remeter um documento contendo os números detalhados do desempenho da economia brasileira para que ele faça uma apreciação.

Na quarta-feira, contou Bracher, ele seguiu de Washington para Nova York onde visitou alguns dos bancos credores do País. Segundo o Presidente do Banco Central, os banquei-

ros manifestaram uma certa preocupação com o fato de o Governo não pagar integralmente os recursos externos, via Resolução 63, contraidos pelo Auxiliar e Comind, com a garantia, por enquanto, de honrar só 25 por cento:

— Eles estão achando que isso pode complicar um pouco as negociações, pois o episódio afetou a credibilidade das instituições de pequeno porte, que financiaram os dois bancos e têm empréstimos ao Brasil, acrescentou.

Bracher passou dois dias conversando com os banqueiros que querem, também, mais detalhes sobre o pacote fiscal aberto recentemente pelo Governo. Ele se comprometeu a enviar um outro documento, explicando as medidas adotadas para que os credores façam uma análise dos resultados das decisões adotadas.

Na quinta e sexta-feira, Bracher informou que esteve reunido com o comitê de assessoramento da dívida externa a quem expôs o comportamento da economia brasileira e as condições que o Governo deseja fechar o acordo. O Presidente do BC comentou que restaram duas hipóte-

ses, após essa rodada de conversações: o Brasil negociaria com os credores, sem o aval do FMI, mas pelo prazo de apenas dois anos, ou então, obteria o aval do fundo e prorrogaria o prazo dos créditos comerciais e bancários por cinco anos.

Fernão Bracher admitiu que os banqueiros preferem fazer o acordo com o aval do FMI, mas caso isso não seja possível, por eventuais intransigências, as negociações serão feitas sem a intermediação do Fundo.

O Presidente do BC, todavia, parece estar otimista em relação a um acordo com o FMI. Quarta-feira próxima, o Diretor da dívida externa, Antônio de Pádua Seixas, segue novamente para os Estados Unidos, devendo retomar as negociações com os credores que, até lá, já terão digerido o pacote econômico e seus efeitos sobre a economia brasileira.

— Por enquanto, as coisas estão nesse pé. Resta esperar o desenrolar dos acontecimentos, a fim de que nos possamos estabelecer as bases do acordo.

O QUE MUDA

A afirmação do Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, de que o Brasil conta com o aval do FMI, não significa uma mudança do Governo, que já anunciou que não submeteria o País a um ajuste econômico proposto pelo Fundo. O Brasil fez soberanamente seu plano (o "Programa de Mudanças") e o apresentou ao FMI. Se o Fundo aprová-lo, os bancos se sentirão seguros para renegociar os compromissos da dívida dos próximos cinco anos. O FMI, porém, não faria intromissões na economia, ficaria observando o desempenho da economia à distância, informado pelo próprio Governo, como fez com a Colômbia e Venezuela. Sem o aval, o País negocia a renovação dos vencimentos direto com os bancos como já fez este ano.

